



IDENTIDADE, TRABALHO E AMBIENTE DIFERENCIADO: ESTUDO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL DOS MORADORES DE UMA VILA RURAL

Paula Caroline Buges da Rocha¹; Jhainieiry Cordeiro Famelli Ferret²

RESUMO: Em meados da década de 1990, o Governo do Estado do Paraná implantou o Projeto Vilas Rurais, um programa de enfrentamento à pobreza destinado ao assentamento de famílias de trabalhadores rurais que estivessem vivendo em situação de miséria e exclusão social, o que evidencia uma forte associação entre as características do trabalho realizado e a situação de fracasso profissional e social vivenciada por essas pessoas. Considerando, porém, que é o ambiente (físico, social, econômico e cultural) o principal responsável por situar os indivíduos em um determinado lugar na sociedade, este estudo buscou investigar como se deu o processo de construção da identidade profissional dos moradores de uma Vila Rural, a fim de verificar de que forma as condições de vida desses indivíduos exerceram influências na escolha, construção e manutenção de tal identidade. Participaram da pesquisa 10 pessoas, de ambos os sexos, com idades entre 45 e 55 anos, que se identificaram como trabalhadores rurais e moravam na Vila a mais de dois anos. Cada um deles foi submetido a uma entrevista semi-estruturada na qual se buscou investigar aspectos importantes de seu desenvolvimento, enfatizando, sobretudo a dinâmica familiar durante a infância, a trajetória escolar e a inserção no mundo do trabalho. Os dados obtidos vieram confirmar que a vida profissional dos participantes seguiu um mesmo padrão de desenvolvimento que as profissões de um modo geral, tendo sido influenciada, principalmente, por fatores como características da família, sexo, aspectos educacionais e traços de personalidade.

PALAVRAS-CHAVE: Condições de vida; Identidade profissional; Trabalhador rural volante; Vila Rural

INTRODUÇÃO

As grandes transformações ocorridas nas últimas décadas acabaram fazendo com que grandes quantidades de trabalhadores rurais saíssem das fazendas e se deslocassem para as cidades em busca de oportunidades de moradia e emprego. Ao chegar às cidades, porém, essas pessoas dificilmente conseguiam empregos e quando conseguiam, quase sempre era um trabalho mal remunerado, incapaz de suprir todas as despesas de um ambiente urbano. Como consequência, uma grande parte dessas pessoas se via obrigada a viver em situações precárias nas periferias das cidades e continuar a trabalhar nas zonas rurais como “bóias-frias” em épocas de colheita, o que acabava resultando em uma diminuição da qualidade de vida e, quase sempre, conduzia a uma situação de miséria e exclusão social.

Foi diante deste cenário, que em meados da década de 1990, declarando uma intenção de melhorar as condições de vida dessas pessoas que trabalhavam no campo e residiam precariamente nas periferias das cidades, o governo do Estado do Paraná implantou o Programa Vilas Rurais. Em linhas gerais, o programa pretendia oferecer a essas pessoas um ambiente que se assemelhasse, tanto quanto possível à vida no campo e, ao mesmo tempo, possibilitasse um mínimo de infra-estrutura e um acesso mais facilitado aos bens e serviços característicos do ambiente urbano.

¹ Acadêmica do Curso de Psicologia do Cesumar – Centro Universitário de Maringá; Bolsista do Programa de Bolsas de Iniciação Científica do Cesumar (PROBIC), paulabuges@hotmail.com

² Orientadora e Docente do Curso de Psicologia do Cesumar – Centro Universitário de Maringá

Segundo Reis (1998), o objetivo do programa seria retirar as famílias de trabalhadores rurais “bóias-frias” das periferias das cidades e devolvê-los ao seu próprio meio, fixando-os através da oferta de moradia e terra. Pretendia-se também oferecer condições para que, através da exploração dos recursos da propriedade os moradores pudessem desfrutar de uma alimentação mais adequada e viessem a comercializar os excedentes, gerando uma fonte de renda alternativa, o que poderia tirá-los da condição de miséria em quem viviam até então. Além disso, o projeto também previa que as vilas fossem construídas em locais que facilitassem o acesso a escolas, equipamentos de saúde, bens de consumo e serviços, evidenciando a preocupação do governo tanto em contribuir para a melhora da qualidade de vida dessa população quanto a evitar novos investimentos.

Na prática, com a implantação de uma Vila Rural tem-se a construção de um ambiente muito peculiar, diferente – físico e socialmente – dos espaços entre os quais está inserido, mas ao mesmo tempo, organizado segundo valores emanados desses dois pólos (razão pela qual as Vilas têm sido tratadas como um “ambiente diferenciado”). E em que pese o discurso de que este tal “ambiente diferenciado” deveria ser totalmente voltado a atender as necessidades de seus habitantes, melhorar as condições de vida e tira-los da condição de excluídos, alguns estudos apontam indícios de que essa pode não ser exatamente a realidade vivida pelos moradores das Vilas Rurais (IPARDES, 2000; IPARDES, 2006). De acordo com os dados de tais estudos, é quase impossível não se chegar à conclusão de que a mudança para as vilas praticamente não trouxe mudanças para as condições de trabalho e remuneração dos responsáveis pela família, que em seu perfil “típico” continua sendo caracterizado como um trabalhador rural temporário, do sexo masculino, com baixa escolaridade, má remuneração e idade média acima de 40 anos (IPARDES, 2006).

Em linhas gerais, essa descrição parece evidenciar uma associação entre as características do trabalho realizado e uma situação de fracasso profissional e social, vindo ao encontro do que é apresentado por Bee (1997) sobre o desenvolvimento na idade adulta, principalmente no que se refere à tendência a consolidar características que vinham sendo desenvolvidas ao longo da vida e, sobretudo naquelas áreas relacionadas ao papel profissional. Isso pode ser um indício de que a atividade dos “bóias-frias” segue um mesmo padrão de desenvolvimento das profissões de um modo geral e que, portanto, a investigação dos processos de construção e manutenção da identidade profissional desses indivíduos pode ser fundamentada na investigação dos mesmos fatores que geralmente influenciam a escolha e permanência em qualquer outro trabalho ou carreira.

Então, partindo do pressuposto de que o ambiente (físico, social, econômico e cultural) seja o principal responsável por situar os indivíduos em um determinado lugar na sociedade, este estudo buscou investigar a trajetória profissional dos trabalhadores rurais volantes que hoje residem nas Vilas Rurais a fim de analisar de que forma o ambiente no qual estiveram inseridos no decorrer de suas vidas os levou a se envolver e permanecer numa atividade que, pelo menos aparentemente, oferece tão poucas perspectivas. Para isso, a pesquisa procurou identificar os fatores determinantes da escolha e manutenção do trabalho rural volante com o intuito de verificar se esses fatores evidenciam a existência de relações entre as condições de vida e as características e conseqüências da atividade profissional desenvolvida.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa foi realizada com 10 participantes (cinco homens e cinco mulheres), com idades entre 45 e 55 anos e o tempo de moradia na Vila variando de 3 a 12 anos. Na

época da pesquisa apenas metade deles trabalhava como bóia-fria como forma de manter a família. Compondo a outra metade havia um aposentado por invalidez, um desempregado que não queria mais se submeter a esse tipo de trabalho e três que não podiam trabalhar em função de problemas de saúde. Nenhum deles possuía, na época, registro em carteira e a maioria não soube informar a renda mensal familiar devido ao fato de realizarem apenas trabalhos temporários.

Cada um deles foi submetido a uma entrevista semi-estruturada, na qual se buscou investigar aspectos importantes de seu desenvolvimento, com uma ênfase especial no que se refere à dinâmica familiar durante a infância, a trajetória escolar e a inserção no mundo do trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Investigando a história de vida dos participantes, foi possível observar que eles tiveram um desenvolvimento muito semelhante em diversos aspectos. No que se refere à história familiar, praticamente todos (9 dos 10 participantes) nasceram e cresceram na zona rural, e desde pequenos ajudavam os pais nas atividades domésticas, no cuidado com os irmãos e nas atividades agrícolas, independentemente das condições financeiras da família.

Isso vem confirmar os dados apresentados por Antuniassi (1983) sobre o trabalho infantil no meio rural na década de 1960. Segundo ela, os estudos realizados naquele período indicavam uma intensa utilização do trabalho infantil sobretudo nas famílias que viviam em condições mais precárias, embora fosse um hábito comum também entre os pequenos proprietários. As diferenças, nesse caso, ficava por conta da forma como o trabalho era dividido; quando a situação econômica era mais satisfatória, a divisão do trabalho era baseada na idade e no sexo: as mulheres cuidavam da casa auxiliadas pelas filhas e os filhos acompanhavam os pais na lida da roça. Se houvesse necessidade, porém, toda a família ia trabalhar nas lidas agrícolas.

Outro dado interessante mencionado por Antuniassi (1983) e corroborado pelo presente estudo diz respeito à interferência desse trabalho no processo de escolarização dessas crianças. Segundo os dados obtidos, praticamente todos os participantes chegaram a freqüentar a escola (exceto um que só recebeu aulas em casa) e todos eles iniciaram seus estudos por volta dos 7 a 9 anos de idade, mas a metade abandonou a escola antes mesmo de completar o que hoje seria a 4ª série do ensino fundamental.

Através dos relatos foi possível observar que a maioria deles (8 dos 10 participantes) já ajudavam os pais no trabalho agrícola quando começaram a freqüentar a escola, ou começaram as duas atividades aproximadamente na mesma época, o que, para alguns era bastante cansativo e desanimador. Mas, além do cansaço, que já os fazia perder a vontade de continuar estudando, era comum também eles terem que deixar de comparecer à escola pra ajudar os pais nas épocas de trabalho mais intenso, ou ainda ter que mudar de escola várias vezes durante o ano letivo para acompanhar os pais em sua procura por trabalho, o que acabava dificultando o aprendizado e os levava a perder o ano letivo. O fator mais decisivo quanto ao abandono da escola, no entanto, era sempre a necessidade de trabalhar para ajudar os pais.

A este respeito é interessante observar que, quando questionados sobre a postura dos pais frente aos estudos a resposta típica dos participantes era que embora os pais não tivessem estudos eles incentivavam ou, pelo menos, diziam ser importante que os filhos estudassem. Mas, na prática, as decisões do grupo familiar muitas vezes evidenciavam exatamente o oposto.

Sob esse aspecto, muito mais do que nos demais, observa-se uma grande diferença de postura de acordo com a situação socioeconômica da família. Assim, nas

famílias que viviam em condições mais precárias, diante da dificuldade em conciliar o trabalho e os estudos, era comum os estudos ficarem em segundo plano e os filhos podiam até ser incentivados a abandonar os estudos para ajudar no sustento da casa. Nas famílias um pouco mais estruturadas, no entanto, embora os filhos também fossem incentivados para contribuir com o sustento da família, incentivava-se também (cobrava-se, em alguns casos) a continuidade dos estudos, inclusive como uma forma de se garantir um futuro melhor.

Outro ponto importante explorado pela pesquisa diz respeito à relação com o mundo do trabalho. Conforme visto anteriormente, nove dos entrevistados tiveram como primeiro emprego o trabalho na roça e uma trabalhava como doméstica. Em todos os casos, essa atividade foi “escolhida” por ser a mais próxima da realidade em que eles estavam inseridos; era o trabalho dos pais e irmãos e eles já sabiam o que devia ser feito, não sendo preciso, portanto, aprender como trabalhar, o que corrobora a teoria de que os jovens tendem a escolher profissões que se situam no mesmo nível da classe social geral de seus pais (Bee, 1997).

Todos os nove participantes que começaram ajudando os pais na lida agrícola passaram muitos anos trabalhando na roça antes de saírem em busca de outras ocupações. E quando o fizeram foi devido a mudanças que, na ocasião, os impossibilitaram de continuar trabalhando no setor agrícola. Uma vez impedidos de trabalhar na roça, mas tendo que trabalhar para o sustento da família, cada um dos participantes tentou se arranjar da maneira como podia: uns foram trabalhar em indústrias ou empresas prestadoras de serviços e, no caso específico das mulheres, a maioria passou a trabalhar como diarista ou doméstica.

Segundo relatam os entrevistados, nunca era muito difícil encontrar alguma ocupação nas cidades, mas pela falta de experiência e escolarização quase sempre os trabalhos eram temporários e a remuneração muito baixa, o que dificultava que eles se estabilizassem financeiramente. Além disso, havia também o desafio de aprender a conviver com a rotina e os riscos de viver na cidade, o que não era muito simples para quem estava acostumado a viver a tanto tempo na roça. E, em síntese, a combinação de todos esses fatores com os problemas pessoais vividos por cada um acabou fazendo com que todos eles voltassem a buscar moradia e trabalho no campo, e os reuniu nessa vila rural.

CONCLUSÃO

Em linhas gerais, a presente pesquisa vem confirmar que a vida profissional dos participantes seguiu um mesmo padrão de desenvolvimento que as profissões de um modo geral, tendo sido influenciada, principalmente, por fatores como características da família, sexo, aspectos educacionais e de personalidade. Generalizando, eles seriam pessoas com pouco estudo, que começaram a trabalhar precocemente junto com os pais na roça e não puderam aproveitar as oportunidades que surgiram. Mais tarde, quando tiveram que arrumar uma ocupação fora do setor agrícola não conseguiram boas remunerações nem satisfação pessoal no trabalho realizado, o que os levou a voltar para o meio rural. Em outras palavras, isso significa que hoje eles estão na Vila porque por uma série de fatores eles se habituaram à vida e ao trabalho na roça e tiveram dificuldades em se adaptar à rotina da cidade, ou seja, que o ambiente no qual estiveram inseridos no decorrer da infância e adolescência influenciou sim, e profundamente, a escolha e manutenção de suas identidades profissionais.

Considerando, porém o número de moradores que estão na Vila porque compraram os direitos do lote, é possível afirmar que a situação financeira dos moradores não é tão precária quanto se imaginava, o que aparentemente não confirmaria aquela

associação inicial entre o trabalho realizado e a situação de fracasso social. Há que se considerar, porém, que tais moradores (os compradores dos lotes) tiveram uma experiência inicial com o trabalho rural e depois tiveram outras experiências também em atividades na indústria e prestação de serviços, o que pode ter ajudado na compra do imóvel. Essa possibilidade fica mais evidente quando se observa que os participantes de menor poder aquisitivo são justamente os verdadeiros beneficiados pelo programa, que, coincidentemente, são os que tiveram menos experiências fora do setor agrícola.

De um modo geral, a situação atual dos moradores que participaram da pesquisa talvez não seja muito diferente daquela em que eles viviam nas cidades. Eles continuam realizando trabalhos temporários, ganham pouco e passam necessidade de muitas coisas, mas a maioria parece estar satisfeita ou, pelo menos, não ter a intenção de sair de lá. Sendo assim, seria interessante talvez que os moradores pudessem contar com uma equipe multiprofissional que estivesse envolvida com os problemas e expectativas de cada um e de todos, porque isso poderia auxiliar os gestores a elaborar políticas que de fato viessem ao encontro das reais necessidades dessas pessoas e, com isso, minimizar futuros problemas, oferecendo-lhes desde já, uma maior qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

ANTUNIASSI, M. H. R. **Trabalhador infantil e escolarização no meio rural**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

BEE, H. **O ciclo vital**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL.
Avaliação da atividade Vilas Rurais: Síntese Estadual e Macrorregional. Curitiba: IPARDES, 2000.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL.
Avaliação final de impacto socioeconômico da atividade vilas rurais. Curitiba: IPARDES, 2006.

REIS, I. O. Projeto Vilas Rurais. In: FUJIWARA, L. M. (Org.) **20 experiências de gestão pública e cidadania**. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 1998.